

INFORMATIVO TRT2

Execução



N. 8 | Agosto 2021

Tema: Medidas de urgência



Sentenças

Liminar

Confirmada liminar que declarou a inexistência de débito de ex-sócio incluído indevidamente no polo passivo de execução fiscal [Proc. 1000271-13.2021.5.02.0054](#)

Tutela de urgência

Deferida tutela de urgência cautelar para determinar a pesquisa patrimonial do presidente da empresa executada. [Proc. 1000383-49.2020.5.02.0431](#)

Confirmada tutela de urgência que determinou o cancelamento do registro de indisponibilidade de imóvel adquirido pelos embargantes 11 anos antes do registro do gravame. [Proc. 1000804-06.2021.5.02.0463](#)

Execução provisória

Execução provisória extinta sem julgamento do mérito por não haver garantia, na prática, de que a medida promove celeridade com relação aos créditos. [Proc. 1000941-44.2021.5.02.0703](#)

Embargos de terceiro

Determinada, em embargos de terceiro, a liberação de penhora que recaiu sobre créditos de FGTS de cônjuge do executado. [Proc. 1000726-89.2021.5.02.0502](#)

Terceiro de boa fé consegue, em sede embargos de terceiro, obter o levantamento de restrição RENAJUD sobre veículo adquirido em loja de revenda de automóveis. [Proc. 1000791-45.2021.5.02.0709](#)



Acórdãos

Indeferido pedido de efeito suspensivo a Agravo por inadequação do meio eleito. [Proc. 1001804-35.2017.5.02.0090](#)

Acolhido pedido de efeito suspensivo a agravo de petição, bem como tutela de urgência, para liberação de valores

Agravo de petição

Indeferida, em sede de agravo de petição, desconsideração inversa de personalidade jurídica de sócios que ainda não foram definitivamente incluídos no polo passivo da execução. Proc. 1001230-61.2019.5.02.0051

Parte executada não consegue reverter decisão que denegou seguimento a agravo de petição protocolado por advogado não habilitado. Proc. 100034-97.2015.5.02.0018

bloqueados via Bacenjud. Proc. 1000647-31.2016.5.02.0003

Agravo de petição para liberação da penhora de imóvel não é conhecido por ausência dos requisitos autorizadores. Proc. 1000922-06.2020.5.02.0046

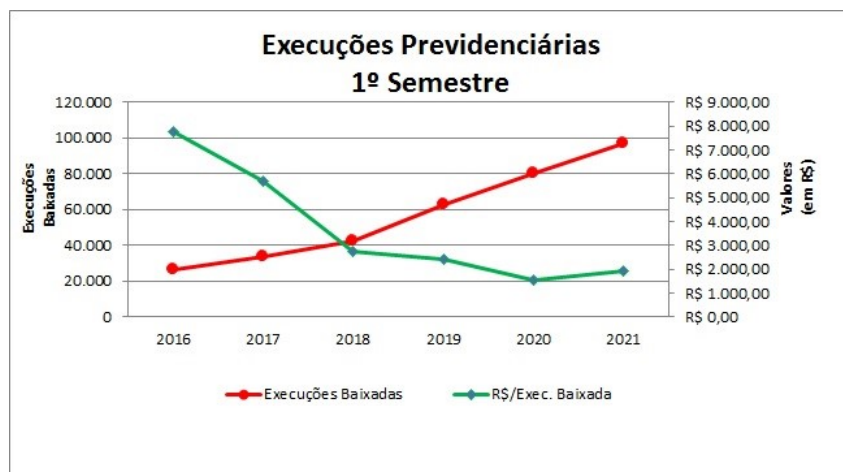
Estatística do TRT2

Ano	Arrecadação (R\$)	Execuções Baixadas	R\$/Exec. Baixada
2016	R\$ 204.325.643,14	26.376	R\$ 7.746,65
2017	R\$ 191.200.288,70	33530	R\$ 5.702,36
2018	R\$ 116.472.760,26	42.598	R\$ 2.734,23
2019	R\$ 152.843.951,08	63096	R\$ 2.422,40
2020	R\$ 124.440.241,56	80.063	R\$ 1.554,28
2021	R\$ 185.039.690,80	96972	R\$ 1.908,18

Execuções

Previdenciárias no 1º semestre

Apesar do crescimento verificado, desde 2016, no número de execuções baixadas no 1º semestre, o valor médio arrecadado a título de Contribuição Previdenciária apresentou tendência de baixa. No entanto, observa-se um ligeiro aumento no ano de 2021 em relação a 2020, apesar dos impactos da pandemia da Covid -19.



Atos normativos

Portaria n. 7/CR, de 10 de agosto de 2021

Altera a Portaria n. 3/CR, de 18 de maio de 2021, que determina a suspensão temporária, para fins de reunião no Juízo Auxiliar em Execução, das execuções relacionadas em face de Santos Futebol Clube e dá outras providências.

Portaria n. 8/CR, de 13 de agosto de 2021

Altera a Portaria n. 2/CR, de 14 de janeiro de 2021, que determina a suspensão temporária, para fins de reunião no Juízo Auxiliar em Execução, das execuções relacionadas em face de Associação Portuguesa de Desportos.

Ato n. 38/GP, de 13 de agosto de 2021

Revoga o Ato n. 5/GP, de 18 de junho de 2007, que adota o Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos da Justiça do Trabalho (eDoc) para processos na 2ª Instância, na forma que especifica.

Portaria n. 9/CR, de 16 de agosto de 2021

Revoga a Portaria n. 4/CR, de 31 de julho de 2018, que determinou a suspensão temporária, para fins de reunião no Juízo Auxiliar em Execução, das execuções em face do “Grupo Ammon”.

Portaria n. 200/CNJ, de 12 de agosto de 2021

Institui Grupo de Trabalho para elaborar o Manual de Procedimentos relativos ao Termos de Execução Descentralizada (TED).

e-Clipping

Novos valores dos limites de depósito recursal estão válidos desde 1º de agosto: confira!

Decisão reconhece possibilidade de penhora de salário para satisfação de crédito trabalhista

Juízo Auxiliar em Execução publica editais para credores do Grupo Pires e da VIP Transportes

Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região

Edifício Sede - Rua da Consolação n. 1272
CEP 01302-906 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental



Basis

Revista do Tribunal

JurisConsolidada